

Mariana Vanucci de Andrade

**PROPOSTA DE AVALIAÇÃO QUALITATIVA DO PROJETO LUGAR DE
URBANIDADE METROPOLITANA (LUMES)**

Belo Horizonte

2018

Mariana Vanucci de Andrade

**PROPOSTA DE AVALIAÇÃO QUALITATIVA DO PROGRAMA LUGAR DE
URBANIDADE METROPOLITANA (LUMES)**

Monografia apresentada ao Curso de Especialização
em Elaboração, Gestão e Avaliação de Projetos
Sociais em Áreas Urbanas da Universidade Federal
de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção
do título de Especialista

Orientadora: Profa. Danielle Cireno Fernandes

Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas

Belo Horizonte

2018

**ESPECIALIZAÇÃO EM ELABORAÇÃO, GESTÃO E AVALIAÇÃO DE
PROJETOS SOCIAIS EM ÁREAS URBANAS**

ATA DE DEFESA DE MONOGRAFIA

MARIANA VANUCCI DE ANDRADE

Aos vinte e oito do mês de fevereiro de dois mil e dezoito reuniu-se a Banca Examinadora da Defesa de Monografia do Curso de Especialização em Elaboração, Gestão e Avaliação de Projetos Sociais em Áreas Urbanas intitulada: “Avaliação qualitativa do programa Lugar de Urbanidade Metropolitana (LUMES)”.

Belo Horizonte, 28 de Fevereiro de 2018

Prof. Danielle Cireno Fernandes

AGRADECIMENTOS

À todos os envolvidos que acreditam que por meio do programa LUMEs podemos criar uma sociedade mais participativa e justa e indivíduos conscientes de cidadania e identidade metropolitana. À minha orientadora Danielle Fernandes, a professora Junia Ferrari pela oportunidade de me envolver no tema, e todos os parceiros LUMEs. Aos meus pais Dimas e Maria Augusta pela oportunidade de realizar este curso e ao Henrique pela dedicação e carinho.

Muito obrigada,

RESUMO

Este estudo teve como objetivo criar alternativas de fortalecer o programa de mobilização social LUMEs – Lugares de Urbanidade Metropolitana com enfoque principalmente na metodologia de avaliação qualitativa.

Palavras-chave: planejamento metropolitano; participação comunitária; avaliação

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	7
2. JUSTIFICATIVA.....	7
3. OBJETIVOS.....	7
4. OS LUMES.....	8
4.1. DISCIPLINA ACADÊMICA.....	11
4.2.EXEMPLOS DE LUMES.....	11
5. CONTEXTO ATUAL.....	42
6. METODOLOGIA.....	43
6.1.TIPOS DE AVALIAÇÃO.....	43
6.2.PROPOSTA DE AVALIAÇÃO.....	46
7. CONCLUSÃO.....	46
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	48
ANEXOS.....	49
Anexo A –MAPA DOS LUMES.....	49

1. INTRODUÇÃO

O presente projeto tem o intuito de fortalecer o programa LUMES – Lugares de Urbanidade Metropolitana. No segundo e terceiro capítulo são apresentados a justificativa e os objetivos deste estudo.

No quarto e quinto capítulo apresenta-se o conceito do programa LUMEs assim como alguns exemplos que foram desenvolvidos dentro de uma disciplina acadêmica da UFMG e o contexto atual que se encontra o programa.

O quinto capítulo trata-se sobre a metodologia de trabalho e proposta de avaliação do programa. Em seguida será apresentado a conclusão.

2. JUSTIFICATIVA

“Lutar pelo direito à cidade é romper com a sociedade da indiferença e caminhar para um modo diferencial de produção do espaço urbano” Lefebvre, 2001.

O projeto LUMEs e todo seu processo gerador como o PDDI são importantes instrumentos de direito à cidade. Segundo Monte-Mór (2012) citado por Berquó (2014):

Esse processo de planejamento implica a construção de um sentido de solidariedade e identidade metropolitanas, e também o (re)envolvimento das populações com seus territórios, suas comunidades, suas crenças, suas práticas e valores, tendo o respeito ao espaço da vida coletiva como requisito central para uma atitude crítica diante do (des)envolvimento.

Por isso, avaliar um programa com tamanha capacidade de transformação e tão recente se faz necessário.

3. OBJETIVOS

OBJETIVO GERAL

- Fortalecer o programa “Lugares de Urbanidade Metropolitana” - LUMEs.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Aprimorar estratégias de avaliação;

- Potencializar a relação e os laços entre especialistas (universidade), parceiros (projetos sociais) e a comunidade.

4. OS LUMES

Os Lugares de Urbanidade Metropolitana, ou LUMES foram apresentados no Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana de Belo Horizonte – PDDI-RMBH como um dos programas prioritários da Política Metropolitana Integrada de Democratização dos Espaços Públicos: o Programa de Mobilização Social para Implementação do Plano Metropolitano: Lumes (Produto 6 – Volume 4).

Cumpra ainda destacar que um programa específico dentro da Política Metropolitana Integrada de Democratização dos Espaços Públicos (Política 1) pode ser entendido também com o status de política devido a sua importância estratégica para construção de mecanismos perenes de articulação social com vistas à promoção e implantação do PDDI. Trata-se do Programa de Mobilização Social para Implementação do Plano Metropolitano, que tem como meta fundamental a criação dos LUMES (Escritórios Locais de Monitoramento e retroalimentação do Plano Metropolitano). (UFMG, 2011)

Segundo o site Plano Metropolitano RMBH (2018) os Lumes são espaços físicos e virtuais de troca de informações e produção de dados locais e também se realizam enquanto processos de ação direta do PDDI voltadas à difusão do conceito de cidadania metropolitana, de modo a servir como uma importante ferramenta de planejamento metropolitano, divulgação de ações metropolitanas afirmativas e um meio de participação da população.

Os LUMES seriam escritórios locais de monitoramento e retroalimentação do Plano Metropolitano. Sua composição deve manter a flexibilidade da estrutura e da localização, desde a escala local, micro-regional e central; assim como podem ser alterados quanto à localização e o período de seu funcionamento. Devem possuir uma estrutura mínima (sala, computador e um funcionário responsável), e serem implementados como equipamentos sociais (não se constituem como ONGs e nem como organismos estatais). (UFMG, 2011)

Sua principal função é catalisar e fomentar um banco de dados dinâmico, que colhe e oferece dados sobre o Plano, integrando assim, e dialogando, com os diferentes sistemas de informação que vão se constituir na RMBH. Também deve articular espaços e catalisar projetos de formação, assim como estabelecer relação com atividades de extensão universitária e ações de diferentes atores coletivos e institucionais.

O objetivo geral do programa é organizar e difundir informações e conhecimentos produzidos na implementação do Plano Metropolitano, sobre os programas e projetos em andamento e sobre as prioridades em discussão, para garantir a participação e integração no sistema de planejamento, dos diferentes agentes metropolitanos. Seus objetivos específicos originais são:

- Promover a difusão do Plano em linguagem acessível ao grande público;
- Fomentar a formação da cidadania metropolitana;
- Articular a rede social existente na RMBH para acompanhamento do Plano e aprofundamento do processo participativo; (UFMG,2011)

Durante a implantação do programa mais objetivos específicos foram inseridos como:

- Estabelecer uma rede de troca de informações e ampliação da participação nos municípios;
- Implantar sedes físicas e virtuais nos diferentes territórios da RMBH;
- Aumentar o volume de informações disponíveis no portal do projeto (rmbh.org.br) através do levantamento de dados junto às municipalidades, sociedade civil e empreendedores;
- Implantar extensão acadêmica e um internato metropolitano para alunos da UFMG em ações na RMBH. (PLANO METROPOLITANO, 2018)

Segundo o texto original do programa LUMEs se fragmenta em três projetos principais: Projeto de Comunicação Social, Projeto de Capacitação Técnica e Comunitária e Projeto de Acompanhamento e Controle Social. Como este trabalho tem o foco em metodologia de avaliação aprofundou-se no projeto de Acompanhamento e Controle Social onde as medidas de monitoramento e avaliação do programa do texto original do programa são:

- Marco Zero: diagnóstico, em cada um dos municípios, dos lugares metropolitanos/espços existentes para uso cultural, esportivo, de lazer, de vivência educativa e convivência urbana, com identificação de suas características atuais e necessidades de investimentos em espaço físico, equipamentos, acervos, pessoal, projetos, atividades, etc;
- Monitoramento: ao longo da execução das ações propostas, deverão ser monitorados aspectos ligados ao processo de implementação, tanto em termos das melhorias físicas/estruturais quanto no que se refere aos programas e atividades ofertadas ao público. Para tal, sugere-se a adoção de mecanismos tais como registro fotográfico e em vídeo, relatórios periódicos dos gestores de cada espaço e reuniões da equipe envolvida em cada espaço com os gestores da Agência Metropolitana;
- Avaliação: após o primeiro ano de implantação do programa, deverá ser feita a avaliação dos resultados, através de retorno a todos os espaços que sofreram algum tipo de intervenção/ação. Deverá ser aplicado um questionário que mensure os seguintes itens: ampliação ou redução da frequência de público; grau de satisfação do público com o espaço; número e tipo de atividades desenvolvidas no período, segundo os diversos públicos; principais dificuldades vivenciadas no processo de implementação do programa; tipo e extensão das melhorias implementadas durante o programa, entre outros aspectos.
- Levantamento e diagnóstico de grupos organizados e associações locais que podem servir como uma primeira referência para a implementação dos LUMEs, a exemplo dos Agentes Culturais Juvenis, dentre outros grupos que efetivamente já funcionam, de certa forma, como essas pontas de contato e interatividade entre os cidadãos e os órgãos governamentais. O estudo deve contemplar também as modalidades de organização e de comunicação mais utilizadas e eficazes, assim como indagar sobre sua possível qualificação no horizonte da iluminação digital e da sociedade do conhecimento. (UFMG, 2011)

Observa-se a complexidade do programa Lugares de Urbanidade Metropolitana e suas diversas vertentes de geração de dados. Por isso optou-se por um recorte para a avaliação dos resultados da Oficina Multidisciplinar, uma disciplina acadêmica.

4.1.DISCIPLINA ACADÊMICA

A Oficina Multidisciplinar é um desdobramento do programa, enquanto uma ação inicial de identificação e territorialização de LUMEs potenciais, partindo da procura feita pelos próprios parceiros à universidade. Existe desde o primeiro semestre de 2016 e é conduzida pela professora Junia Ferrari, da Escola de Arquitetura da UFMG. A disciplina é ministrada através de módulos teóricos (seminários com professores participantes da equipe de elaboração do Plano Metropolitano) e módulos práticos (trabalhos de campo em equipes multidisciplinares, com o objetivo de planejar ações diretas em parcerias com os municípios e os projetos dos LUMEs da Região Metropolitana de Belo Horizonte).

Os objetivos da disciplina são: proporcionar aos alunos experiências práticas de planejamento urbano e metropolitano, através de demandas levantadas pelos LUMEs; difundir e aplicar diretamente os conceitos de planejamento, cidadania e vivência metropolitana no contexto da RMBH; gerar metodologias e experimentar a proposta de implantação de um Internato metropolitano na UFMG. Outros objetivos são a integração de locais de produção e difusão de práticas socioculturais no território metropolitano, criando-se uma rede que discute a cidadania, práticas de planejamento urbano e identidade metropolitana. Essa rede vem sendo construída através de ações colaborativas com parceiras de grupos locais, sejam em práticas socioculturais ou intervenções integradas de urbanismo colaborativo. (REVISTA LUMEs, 2018)

Durante as atividades da disciplina são realizados seminários e reuniões com os parceiros dos projetos sociais que acontecem os LUMEs e os alunos, com isso existe uma troca de conhecimentos e saberes. Este estudo fez um recorde dos LUMEs em grupos parceiros excluindo o Guia Metropolitano e a revisão dos Planos Diretores, pois foi considera que estes fogem a metodologia do trabalho por serem atividades com outro tipo de metodologia aplicado.

4.2 EXEMPLOS DE LUMEs

As informações deste item foram retiradas da Revista LUMEs (2018), publicado no site <https://issuu.com/lumesrmbh/docs/revistalumes>.

PROJETO CASULO

HISTÓRICO

O Projeto Casulo surgiu através de um mapeamento cultural realizado em Ribeirão das Neves no 1º semestre de 2016 que identificou-se a demanda pelo fortalecimento da cena cultural do município, assim como a integração entre os produtores e os artistas locais com intensão de criar um espaço de uso cultural adequado. Nessa perspectiva, inicialmente conhecido como “Incubadora Criativa” surge como uma parceria entre os alunos da disciplina e a comunidade e artistas do município, como um modelo de aprendizado mútuo.

A concepção do LUMEs está fundamentada na ideia de envolvimento da população para um planejamento participativo, horizontal e continuado. Se reuniram os alunos da disciplina, secretário de cultura, Rodolfo Ataíde, artistas, produtores locais e membros da sociedade civil. Ataíde apresentou a ideia de implementar uma Incubadora Criativa em Neves, como demanda de projeto a ser desenvolvido pelo grupo de alunos em parceria com a comunidade.

AÇÃO REALIZADA – 1º Semestre 2016

Foi proposta uma oficina focada na leitura e na percepção do projeto e de seu contexto, além de proposições coletivas dos alunos e dos parceiros, no sentido de buscar soluções que pudessem potencializar o projeto. Foram levantados os enclaves e barreiras que são as dificuldades encontradas para realizar o projeto.



Imagem 01: Oficina de percepção.

Fonte: Revista Lumes (2018)

A metodologia definida foi que seriam realizados cinco encontros com artistas, produtores, servidores e todos aqueles interessados em fortalecer o cenário cultural de Ribeirão das Neves. Estas cinco visitas contaram com diferentes formas de ações e distintas metodologias de trabalho.

O primeiro encontro foi uma conversa inicial para que os alunos pudessem compreender melhor as demandas locais, além de possibilitar o conhecimento do espaço da caixa d'água, bem como vivenciar um pouco da cena cultural do município, em uma oficina de rap feminista.

O segundo encontro foi intermediado pelo coletivo Semifusa e mobilizou alguns dos artistas mais ativamente envolvidos na construção da cena cultural de Ribeirão das Neves, além de pessoas do próprio coletivo, no espaço da Casa de Cultura.

Na terceira visita, nasceu a Rede de Trabalhadores da Cultura de Neves (RTC-RN), a qual com o objetivo de aproximar pessoas que quisessem apoiar a cultura no município e foi importante para definir melhor a proposta do projeto. Foi criado um grupo no Facebook para divulgação das atividades locais e disseminar a ideia de se criar uma rede entre os artistas do município. Seriam propostos cursos de capacitação para os participantes da Redes. Foi apresentada a ideia de se revitalizar o espaço da caixas d'água como possível local para a mobilização cultural da população. A ideia foi muito bem aceita e acordou-se que o encontro seguinte aconteceria no espaço da caixas d'água, para que todos pudessem fazer o reconhecimento do lugar e sugerir intervenções futuras.



Imagem 02: Espaço da Caixa d'água.

Fonte: Revista Lumes (2018).

A quarta visita foi um piquenique no local, e cada participante do evento expressou suas expectativas em relação à RTC -RN, bem como das possíveis intervenções naquele espaço. Foi aplicado um questionário para captar as expectativas e

ideias, tanto para a o cenário cultural em geral como para o próprio espaço da caixa d'água, bem como mapear as habilidades individuais e demandas por cursos de formação artístico-cultural.



Imagem 03: Piquenique da 4ª visita.

Fonte: Revista Lumes (2018).

O último encontro, denominado mutirão de limpeza da caixa d'água, foi marcado por um domingo de muito trabalho, tornando-se a principal ação realizada por meio da parceria entre a comunidade e os alunos da disciplina. Dentre as atividades, foram realizadas: limpeza, capina e retirada de entulho, cada um contribuindo com suas habilidades e iniciando uma bela ação coletiva de apropriação daquele espaço. Foi feito um almoço coletivo produzido pelas pessoas envolvidas. Houve também um momento de conversa e reflexão sobre o projeto e suas potencialidades, finalizando o encontro com uma apresentação de dança e uma oficina de percussão corporal, ambas atividades realizadas por artistas locais. Posteriormente a essas discussões, até o nome do projeto foi repensado pelos participantes, que passou a se chamar “Projeto CASULO”.



Imagem 04: Convite para o 5º encontro

Fonte: Revista Lumes (2018).

CONCLUSÃO

Foi um processo enriquecedor pra todos envolvidos, bem como a beleza de se construir algo por meio da mobilização coletiva. Os alunos tiveram a oportunidade de aprender e colaborar em uma prática de extensão universitária extremamente importante, não apenas para a formação profissional e pessoal.

Para a comunidade local o processo foi proveitoso com a criação da RTC - RN, estabelecendo um canal de comunicação entre diversos produtores do ramo cultural, despertando o sentimento de pertencimento local e iniciando um processo promissor de ocupação e gestão comunitária do espaço.

ACÇÃO REALIZADA – 2º Semestre 2016

O primeiro encontro ocorreu um mutirão que contou com a participação de mais de quarenta pessoas, incluindo alunos da disciplina da UFMG. Foram divididas equipes com as seguintes tarefas: retirada de parte do entulho e lixamento, limpeza e início da pintura da edificação que receberá o futuro escritório/base do Casulo, bem como o levantamento do espaço para projetos futuros. Simultaneamente à realização das atividades, os voluntários trocaram idéias e sonhos sobre a ocupação do local. Houve um almoço coletivo e foi proposta uma roda de conversas para que os presentes pudessem trocar as experiências vivenciadas no dia.



Imagem 05: 1º encontro

Fonte: Revista Lumes (2018).

Foi proposta uma dinâmica pelas alunas do curso de Psicologia para objetivar a troca de sugestões e desejos sobre o espaço. Foi usado um rolo de barbantes que era jogado de um interlocutor a outro, de modo que foi sendo construída uma rede entre os participantes: ao receber o carretel o interlocutor deveria fazer seu relato pessoal para o grupo e em seguida remetia o carretel a um outro interlocutor a sua escolha, para que ele também se pronunciasse, e assim sucessivamente. Ao final estavam todos entrelaçados, como num casulo.

Nessa dinâmica surgiu uma série de propostas como a criação de um museu que conta a história de Ribeirão das Neves, de uma galeria de arte, de uma quadra, de um espaço para praticar skate, a oferta de oficinas de rap, grafite, dança, culinária e a criação de uma biblioteca foram algumas das propostas que surgiram para o local. Esse momento foi encerrado com o próximo mutirão cultural marcado e a sensação de que o projeto Casulo se ampliara.

Na segunda visita ao espaço um dos participantes se ofereceu para ministrar uma oficina de percussão corporal, que foi encerrada dentro de uma das caixas d'água experimentando-se o eco e a reverberação produzida pela edificação. O momento cultural do mutirão foi integrador e propiciou ainda mais trocas entre os participantes, demonstrando que o local já poderia comportar algumas atividades, o que significava oportunidade para a consolidação do Casulo.



Imagem 06: 2º encontro

Fonte: Revista Lumes (2018).

CONCLUSÃO

Os mutirões têm se revelado como uma oportunidade de potencializar o número de adeptos a cada encontro, além de transformar todos os envolvidos. Além deste ganho, a ação realizada no dia 18/09 obteve uma série de desdobramentos positivos em relação ao projeto e seus entes envolvidos como a maior integração dos presentes desde o primeiro momento à inclusão de novos participantes. Este envolvimento, além de provocar questionamentos e discussões a respeito de temas como: coletividade, cidade e construção comum de espaços (um dos objetivos dos LUMEs), poderia dar impulso ao projeto, expandindo as possibilidades de uso e gestão do espaço.

Por fim, outros mutirões estão sendo pensados por consequência da gestão coletiva, auxiliando no processo de apropriação do espaço e agregando uma identidade própria do projeto. Em uma dessas reuniões, inclusive, viabilizou a criação de uma biblioteca experimental no espaço, onde livros foram coletados por doações e colocados em barbantes fixados na parede de modo a constituir uma biblioteca em formato de varal.

PARQUE BARROÇÃO

HISTÓRICO

O Parque Municipal Ecológico do Barroção está localizado no município de Matozinhos, com área aproximada de quatorze hectares. Com relação à trajetória rumo a transformar-se em um LUME, Sidirley Bento, vereador municipal, foi o primeiro a estabelecer o diálogo com o projeto LUMEs, a partir da sua experiência na participação das discussões para elaboração do PDDI/RMBH e Macrozoneamento Metropolitano. A

primeira experiência da parceria entre a disciplina do LUMEs e o Parque Barroço se deu no mês de março de 2016.

Inicialmente, a intenção dos parceiros era a produção de um projeto de construção de uma Biblioteca-Parque no local. Contudo, na medida em que os trabalhos foram evoluindo e que a comunidade local foi tendo uma participação mais ativa nas discussões sobre os rumos do Parque, percebeu-se que não havia necessidade de concentrar esforços em um projeto desta dimensão naquele momento, e que outras ações mais imediatas poderiam ser realizadas como forma de dar início ao processo de uso efetivo da área.



Imagem 07: Parque Barroço

Fonte: Revista Lumes (2018).

AÇÃO REALIZADA – 1º Semestre 2016

A inserção da disciplina dos LUMEs no processo de construção do Parque Ecológico Barroço tinha como principal objetivo a consolidação da participação popular, não apenas nas discussões sobre os requisitos projetuais do Parque, mas também nas questões afetas ao município, seja no âmbito do planejamento urbano ou em outras esferas de interesse da comunidade. Dessa forma, o objetivo principal definido foi aumentar a participação popular na construção de um espaço público e da presença da população envolvida no processo de construção do Parque, tendo como referência teórica o conceito de governança metropolitana.

A metodologia utilizada se constituiu em visitas a campo, entrevistas com a população, distribuição de formulários e mapeamento coletivo por parte dos moradores de Matozinhos. Os diversos encontros também eram oportunidades para se discutir os avanços, os próximos passos e as expectativas.

A primeira visita ocorreu no entorno da área do Parque Ecológico Barroão. Esse primeiro evento serviu para que o grupo conhecesse o local e tivesse um primeiro contato com a população interessada em participar da construção coletiva do projeto e teve a participação de 28 moradores de Matozinhos. Desde esse primeiro contato já apareceram algumas demandas da população referentes às instalações do parque, tais como parques infantis, áreas de leitura e práticas de esportes, playgrounds, um pequeno anfiteatro, entre outros.

. O segundo encontro teve um caráter mais restrito, contando com a presença apenas do vereador Sidirley e do Procópio (conselheiro do meio ambiente). Nessa oportunidade o grupo de alunos tinha a intenção de distribuir alguns panfletos que seriam usados para levantamento de dados junto à população. A devolução do panfleto/questionário sobre a área, como já é previsível nesse tipo de abordagem, não teve grande expressão em termos quantitativos.

O terceiro encontro foi um piquenique no interior do Parque Ecológico Barroão. No primeiro momento foi proposta uma conversa com os presentes, no sentido de reforçar os objetivos do projeto LUMES e a importância de se ter uma ampla participação popular na construção do projeto Parque. No segundo momento, foi realizada uma caminhada com todos os presentes até a área do parque conhecida como Mirante. É importante registrar que, para muitos dos presentes, essa foi a primeira oportunidade de conhecer a área interna do parque, já que ele sempre se encontrava fechado. No último momento da atividade, foi realizado um mapeamento coletivo que tinha como principal objetivo verificar qual o nível de interação dos moradores da região e expectativas.



Imagem 08: Mapeamento coletivo

Fonte: Revista Lumes (2018).

A última visita da disciplina se deu na Câmara Municipal de Matozinhos, ocasião em que foram expostos o processo, as conclusões e as propostas elaboradas pelo grupo de alunos. A partir das demandas levantadas foram apresentadas propostas de diferentes escalas. Nessa ocasião foi proposto que os presentes também se manifestassem e acrescentassem sugestões àquelas apresentadas. Por fim, foi proposta a criação de uma comissão que seria responsável por levar adiante as discussões sobre a implantação do parque e alguns dos presentes se manifestaram no sentido de participar dessa comissão.

CONCLUSÃO

Foi possível constatar que será necessário um reforço na participação popular e das lideranças locais no processo de atração e mobilização dos antigos participantes, consolidando a participação dos mesmos e a captação de novos interessados. A utilização dos veículos de comunicação pode ajudar na construção coletiva do Parque Ecológico Barroco, atraindo pessoas de todas as localidades do município, ampliando, assim, a participação popular. No momento em que se consolidar uma maior participação e exploração de recursos naturais de empresas privadas pode ser mais fácil atrair investimentos públicos ou privados para implantação do projeto.

Por fim, a apropriação desse projeto por parte da população local pode evitar que interesses alheios aos objetivos de um parque ecológico possam se apossar da área. Além disso, este movimento seria positivo no sentido de atender a algumas carências imediatas em termos de lazer e convivência comunitária. De imediato, somente a própria retomada da permissão para a prática do futebol já seria uma boa notícia para os moradores.

AÇÕES REALIZADA – 2º Semestre 2016

A parceria entre a disciplina e o projeto do Parque Ecológico do Barroco foi reafirmada no sentido de dar continuidade às discussões iniciadas anteriormente. Os objetivos de construção e gestão comunitária permaneceram. Seriam elaboradas ações junto a cada um dos três parceiros que aderiram à disciplina. Sendo assim, ficou estabelecido com os parceiros do projeto do Parque Ecológico Barroco que a prioridade ali seria a realização de um evento na área, visando dar continuidade aos trabalhos iniciados no semestre anterior e incentivando o engajamento da comunidade.

Durante a visita de reconhecimento da área pelos novos alunos da disciplina foi possível observar a grande quantidade de lixo e entulhos depositados clandestinamente, próximo à cerca do parque. Além disso, a mata do parque já sofrera diversos incêndios provocados, além de estar sendo utilizado, por alguns vizinhos, como extensão de seus canteiros de obra.

Por fim, além do reconhecimento e do contato dos alunos do segundo semestre com a área e com os moradores locais, nesta oportunidade já ficou acordado um segundo encontro. Para a ocasião ficou planejado o plantio de 200 mudas de árvores e coleta do lixo depositado e da implantação de um portão na Rua Florestal.

A segunda visita foi a última do circuito planejado entre os parceiros e os alunos da UFMG. A organização e o engajamento da comunidade foi uma mudança positiva, significativamente maior em comparação com o semestre anterior. A diversidade das atividades propostas para a realização do evento foram tomadas pela própria população, demonstrando que a mobilização estava se tornando cada vez mais efetiva. Todas as atividades pactuadas no primeiro encontro foram realizadas. Os parceiros também conseguiram trazer para o evento, uma equipe do Projeto Manuelzão que expôs maquetes e materiais de pesquisa relativos à bacia do Rio das Velhas. Foi montado um stand a partir do próprio ônibus do Projeto, enriquecendo ainda mais a programação do dia.



Imagem 09: 2º encontro

Fonte: Revista Lumes (2018).

CONCLUSÃO

Comparando-se as ações do primeiro e do segundo semestres de 2016 da disciplina foi possível notar uma grande diferença em relação às primeiras expectativas para o projeto do Parque e em relação ao envolvimento da comunidade no sentido de buscar novas formas de apropriação para a área. Se antes o Parque era visto apenas como um projeto que se realizaria a partir da construção de edifícios e equipamentos, agora passa a representar uma possibilidade imediata, espaço comum construído comunitariamente.

Finalmente, é notável que o projeto adquiriu emancipação, com vários eventos sendo planejados pela própria comunidade. A discussão sobre o espaço encontra-se em andamento, fortalecendo a cada dia a realidade do Parque Ecológico Barroão. Mais do que o Parque, é possível ver a construção de uma consciência cidadã se consolidando em torno de um objetivo comum: melhorar a cidade que é de todos.

FEIRA SAIA DA LINHA

HISTÓRICO

A Feira Saia da Linha, situada em Vespasiano, tem uma história de artesãos que têm uma preocupação com o desenvolvimento econômico local e com o reconhecimento da comunidade e do poder público da potência das práticas cotidianas, trazendo consigo as variadas experiências de vida, trabalho, cidadania e anseios para ver crescer o projeto fundado com tanto empenho.

Sendo assim, diversos foram os encontros realizados com os artesãos, desde visitas à feira para análise de campo da mesma aos finais de semana e o reconhecimento do bairro, até dinâmicas para a construção de ideias de modo compartilhado, onde a participação de todos também pudesse estruturar a organização prática dos artesãos para que estes, futuramente, pudessem traçar metas e alcançá-las, dentro das diretrizes e demandas estruturadas.

A construção participativa, portanto, era o nosso mote ideal. Inicialmente, os contatos foram feitos com Gecilma Ribeiro e Edmeia dos Santos, duas das idealizadoras do coletivo, que por meio do artesanato, tinham como objetivo promover ações socioeducativas e o acesso a bens culturais para os habitantes de Vespasiano. Contaram com o apoio da Biblioteca Diadorim. Os artesãos da Feira Saia da Linha visavam, para além do interesse econômico, despertar a sensação de pertencimento e ação construtiva

da população local, de modo a garantir não somente o sucesso do projeto, mas de viabilizar o seu lugar no município de Vespasiano e, por consequência, na Região Metropolitana de Belo Horizonte. Ou seja, a intenção se concentra no envolvimento da comunidade local e na construção conjunta do projeto da Feira Saia da Linha, a ser realizada todos os sábados, no bairro Maria José.



Imagem 11: Feira Saia da Linha

Fonte: Revista Lumes (2018).

De fato, contamos com alguns fatores que em muito já sinalizaram uma boa parceria. O primeiro deles era a noção de grupo conectado e entusiasmado com o projeto - havia nos artesãos a consciência do pertencimento ao lugar. Além disso, a produção de artesanato era bem diversificada e alguns objetivos em relação à feira, do ponto de vista econômico, já estavam traçados. O trabalho de observação, reuniões, dinâmicas, escuta e relatórios permitiram que houvesse um crescente a cada nova visita ou contato com os artesãos, os quais conseguiram, cada vez mais, intensificar a identidade da feira e reunir novos associados.

AÇÃO REALIZADA – 1º Semestre 2016

O grupo foi para Vespasiano conhecer a feira e os arredores, analisando potencialidades e dificuldades das dinâmicas existentes. Nestas visitas foi possível constatar um discurso alinhado com os objetivos traçados, a identificação do grupo enquanto coletivo sociocultural, conhecimento da realidade local. O grupo participou da decisão do local definitivo onde a feira se instalaria e a criação da página do Coletivo no

Facebook, já sinalizando que a comunicação era um dos pontos que seria destacado também pelos feirantes.

Após esses primeiros contatos, os artesãos sentiram-se mais à vontade para citar algumas de suas dificuldades, bem como de suas realizações junto à feira. Os principais problemas identificados nas visitas foram o custo com o aluguel das barracas e o compromisso dos associados em participar na feira todos os finais de semana.

Passados esses primeiros encontros, o grupo de estudantes agendou uma reunião com os feirantes e também com a professora Sibelle Diniz, para compreensão dos elementos relativos à economia solidária local, bem como da economia da cultura. Deste modo, entendeu-se quais tópicos poderiam ser trabalhados com os artesãos a fim de obter o maior reconhecimento da feira.

Posteriormente, no dia da feira, o grupo realizou nova visita e foi surpreendido com o fato de que os artesãos conseguiram a articulação necessária para a compra de todas as barracas, livrando-se assim dos custos com o aluguel. Em certa maneira, esta ação surpreendeu o grupo positivamente, pois os artesãos atingiram uma das metas propostas por força de sua própria iniciativa. Também houve consenso sobre a limpeza do local após a realização da feira, em relação à definição de um membro responsável pela criação do material gráfico e também sobre a divulgação da Feira Saia da Linha - criação de um calendário e planejamento.

O último encontro se deu a partir de uma reunião na qual foi feita a apresentação de possíveis parcerias, como com o grupo da Associação de Catadores do município, além do protótipo das embalagens personalizadas para os feirantes, de modo que o trabalho artesanal também fosse valorizado.



Imagem 12: Reunião entre parceiros e alunos

Fonte: Revista Lumes (2018).

Nesta reunião, também ficou discutida a decoração da feira, bem como a criação e oferta de oficinas de capacitação em parceria com a Biblioteca Diadorim, além do convite para a participação dos feirantes na Feira de Tudo, evento realizado mensalmente na Escola de Arquitetura da UFMG.

CONCLUSÃO

Todas as ações se apresentaram como experiências para que os artesãos seguissem adiante em busca de seus objetivos, mesmo com o encerramento do período letivo. Percebeu-se que a integração do grupo de artesãos com cada novo participante atingiu um ponto ótimo para a condução das atividades e expansão do Coletivo e da Feira. Fundamentalmente, o projeto tornou-se fortalecido ao longo do processo, fazendo-nos crer que o gerenciamento da Feira Saia da Linha se tornou facilitado e encorajador para que o grupo mantivesse seus interesses e entusiasmo inicial para delinear novas ações, prosseguir com a conexão sociocultural pretendida e envolvimento com o município de Vespasiano.

AÇÃO REALIZADA – 1º Semestre de 2017

A parceria da feira com a UFMG, como no primeiro semestre, se deu por meio das idealizadoras Gecilma Ribeiro e Edméia dos Santos. Atualmente a feira conta com 26 barracas que oferecem como principal produto o artesanato local. Também

comercializam roupas e alimentação todos os sábados de 8h da manhã às 17h da tarde. Foram realizadas 3 visitas à feira, além de frequentes contatos via e-mail e redes sociais.

No primeiro encontro escutamos das organizadoras do projeto e dos feirantes as principais demandas do grupo, a começar pela pouca divulgação e problemas de acesso, atividades e músicas na feira, entre outros. As idealizadoras do projeto sentiram necessidade de reforçar os laços entre os expositores.



Imagem 13: Participantes da feira e alunos

Fonte: Revista Lumes (2018).

No segundo encontro foram definidos as demandas principais que poderiam ser atendidas durante o semestre. Ficou definido que os alunos da disciplina iam ajudar na divulgação da feira. O grupo ficou responsável por pensar um flyer que pudesse ser usado nas redes sociais e também impresso. Houve necessidade de repensar a logomarca da feira, devido à demanda de alguns feirantes.



Imagem 14: Modelos de Flyer

Fonte: Revista Lumes (2018).

CONCLUSÃO

O grupo foi formado por alunas do turismo e a disciplina se mostrou como uma proposta de trabalho diferentes do que estavam acostumadas, proporcionando experiências novas e interessantes. Foram várias visitas a campo, possibilitando oportunidades de contato direto com as pessoas envolvidas na feira, tanto no sentido de ouvir suas opiniões e expectativas, como de exercitar a própria capacidade de criar e trabalhar de forma compartilhada.

O trabalho foi intenso e nem tudo ocorreu como planejado. Foi preciso lidar com questões da disciplina e questões internas da própria feira, dificultando o alcance dos objetivos, como não foi consensual a decisão de mudar a logomarca da feira. Entretanto, apesar de não ter sido concluída a demanda de divulgação conforme o planejado, o grupo entendeu que conflitos fazem parte de qualquer processo de construção.

SANTA MARTINHA

HISTÓRICO

A Associação de Tecelãs tem como objetivo oferecer oficinas e materiais para que pessoas maiores de 60 anos possam desenvolver trabalhos artesanais, além de proporcionar um espaço de encontro e lazer para os idosos. Apesar de não possuir restrições quanto a sexo e gênero, a grande maioria dos inscritos é composta por mulheres, que também fazem parte de um grupo de cantigas de roda que se apresenta

ocasionalmente em eventos. O grupo existe desde 1987 e está localizada em um centro ecumênico no bairro Santa Marthinha em Ribeirão das Neves. O local é financiado por um vereador e sua família.

Como é um ambiente livre, algumas inscritas produzem tipos específicos de artesanato. No entanto, as frequentadoras/ aprendizes produzem exclusivamente tapetes, sendo eles de tear e de agulha de crochê. Um problema que as tecelãs enfrentam é a falta de lojas na região para vender seus produtos, mesmo a Associação sendo cercada por um comércio diverso e aparentemente intenso.



Imagem 15: Associação de tecelãs

Fonte: Revista Lumes (2018).

O material é adquirido em parceria com um comprador que traz a matéria prima do sul do país e a transporta até os estados de São Paulo ou Rio de Janeiro, ficando a cargo da Associação o transporte até Ribeirão das Neves. O custeio do material é de responsabilidade das próprias inscritas, que pagam com o dinheiro proveniente da venda de seus produtos. Cada uma delas, ao pegar o material na sede, deve depositar o valor de R\$ 8,00 (preço de custo do material) numa caixinha, que, no entanto, não é fiscalizada. Os tapetes do tear são vendidos em média a R\$ 30,00 e os de crochê tem uma grande variação de preço devido à diversidade de forma e tamanho.

A interação com as tecelãs é um desafio porque não há uma rotina nem uma sistemática a ser seguida. Ainda há a barreira da idade, que dificulta a audição e o entendimento, e assim, a explanação coletiva de uma ideia. No entanto, na comunicação pessoal, elas são bem receptivas e simpáticas. Em geral, não existem queixas ou

demandas relevantes, apenas desejos de oportunidades melhores para a venda dos artesanatos.

AÇÃO REALIZADA

A ação realizada juntamente à Associação consistiu em dois eixos: 1) buscar formas alternativas de venda do artesanato produzido, uma vez que muitas pessoas da região sabem e fazem tapetes para vender, e a tentativa de abrir uma loja no bairro se demonstrou infrutífera. 2) diminuir o custo da matéria prima, sem, contudo, aumentar a quantidade comprada, por não haver onde armazená-la.

A ideia do projeto consistiu na tentativa de auxiliar os organizadores da Associação, no intuito de integrar as tecelãs no mercado de artesanato, apresentando novas oportunidades, tanto de fabricação quanto de mercado consumidor. Além disso, a ação teve como objetivo estabelecer um contato com as pessoas que apenas frequentam o curso, sem vínculo com a Associação, convidando-as a participar de uma rede integrada à RMBH, envolvendo demais trabalhos dos LUMEs

Com essa perspectiva, as atividades realizadas foram exclusivamente de conhecimento e sondagem do perfil das artesãs através de contato pessoal, e compreenderam: i) visitas ao entorno da Associação para elaboração de diagnóstico; ii) visitas à sede para conhecimento dos trabalhos realizados e dos cursos ministrados; iii) levantamento e distribuição de tarefas junto às demandas levantadas; iv) busca de parceiros para vendas e de algo novo para diversificação do trabalho; v) visitas em ambos os horários para conversas sobre os meios encontrados; vi) contato com outras lojas para conseguir vendas consignadas e estabelecer novas parcerias; vii) busca por contatos com feiras para conseguir um espaço para venda; viii) busca por patrocínio; ix) venda de rifas em igrejas; e x) tentativas de estabelecer outras formas de arrecadação.

CONCLUSÃO

Após algumas tentativas realizadas pelo grupo, juntamente às associadas, de construir respostas às duas demandas expostas pelas tecelãs, ficou claro que o foco da Associação não é o produto final, pelo contrário, ele é um meio, e não um fim: na verdade, o que realmente importa é o processo desenvolvido com as idosas, o artesanato é apenas uma consequência. Cada artesã tece tapetes e outros produtos sem pressa, sendo impossível estimar o tempo exato gasto com a produção de cada um. Em média,

costumam gastar três dias da semana para um tapete, mas com grandes intervalos para conversação, dança e canto.



Imagem 16: Tecelã mostrando seu trabalho

Fonte: Revista Lumes (2018).

Toda demanda que o grupo identificou e tentou trabalhar juntamente com Luzia (idealizadora da Associação) e algumas tecelãs se restringiu a desejos particulares das participantes, que não condiziam com o objetivo da Associação, ou com a necessidade da maioria das envolvidas. Dessa forma, os dois eixos em que se pautaram as ações: um plano de comercialização e a tentativa de diminuir os gastos com a matéria prima, acabaram se tornando soluções para problemas que na verdade não prejudicam o funcionamento das atividades da Associação.

Demorou um tempo para o grupo compreender que o espaço é antes de tudo um centro de convivência e, portanto, gerar renda ou mesmo aumentar a comercialização dos produtos não faz parte do objetivo principal. O fato é que a Associação já cumpre os seus objetivos no formato em que se encontra, por isso não há um real interesse em transformar sua estrutura ou implementar mudanças em relação a utilização das matérias e venda dos produtos.

Portanto, a preocupação foi muito mais em auxiliar e fornecer informações para as pessoas da Associação que demonstravam algum interesse em integrar outros projetos do LUMEs, do que em elaborar um plano de ação para essa Associação, que, pelo que foi observado, já cumpre muito bem o papel ao qual se destina.

COOPERVESP

HISTÓRICO

A COOPERVESP foi fundada em julho de 2008 por iniciativa de uma liderança local que, sensibilizada com a presença de catadores no bairro coletando material de maneira informal, iniciou um processo de mobilização local para organização dos mesmos. Assim, a Coopervesp surgiu através da mobilização e luta dos catadores de materiais recicláveis da região da Vila Esportiva para garantir melhores condições de vida, por meio da reciclagem. Neste sentido, a ação inicial de organização foi investir no desafio de PET, trabalho alocado no espaço de um galpão alugado na Vila Esportiva, o material produzido era vendido para uma fábrica de vassouras em Belo Horizonte. Esta primeira iniciativa, apesar de contar com número expressivo de catadores, encontrou inúmeras dificuldades como a falta de capital de giro e a aquisição do PET, gerando gerando o desafio da rotatividade dos trabalhadores.



Imagem 17: COOPERVESP

Fonte: Revista Lumes (2018).

Atualmente, a COOPERVESP está instalada em um galpão de 140 m², alugado por tempo indeterminado pela prefeitura de VESPASIANO, localizado no bairro Jardim da Glória. Faz a coleta seletiva em estabelecimentos públicos e privados da Vila Esportiva e região. O material coletado é pouco para gerar uma renda expressiva para os trabalhadores, tendo hoje como principal fonte de fornecimento de material a Cidade Administrativa do Governo de Minas Gerais. Com o objetivo de promover a ampliação e otimização da produtividade, o grupo tem buscado parcerias com diferentes frentes de organização social, política e econômica para consolidar a COOPERVESP como um empreendimento viável.

ACÇÃO REALIZADA

Um grupo de alunos da disciplina se envolveu com o trabalho da Coopervesp, buscando maneiras de trabalhar conjuntamente. Foram realizadas quatro visitas de campo para conhecimento da realidade e levantamento das demandas, para levantamento de dados e diagnóstico, para discussão e apresentação de ideias preliminares à comunidade e para levantamentos complementares necessários ao detalhamento dos projetos.

A cooperativa fez contato com a universidade devido à falta de opções de transporte de materiais para deixar a organização mais independente, possibilitando uma ampliação do fluxo de trabalho das agentes, e pela busca por um local próprio para desempenho das atividades, uma vez que o atual é alugado e há o risco de despejo por parte da prefeitura. Ao mapearem as demandas que a cooperativa apresentou, os alunos atuaram em diferentes instâncias: espacial, gestão, transporte e aumentar a coleta.

Com relação ao espaço existe uma precária organização dos materiais, de forma que o galpão, que já não possui grandes dimensões, torna-se muito menos eficiente. Os alunos trabalharam na conscientização do espaço físico e em formas de organização para que, no galpão atual ou em qualquer outro local, as agentes consigam extrair a maior potencialidade do ambiente.

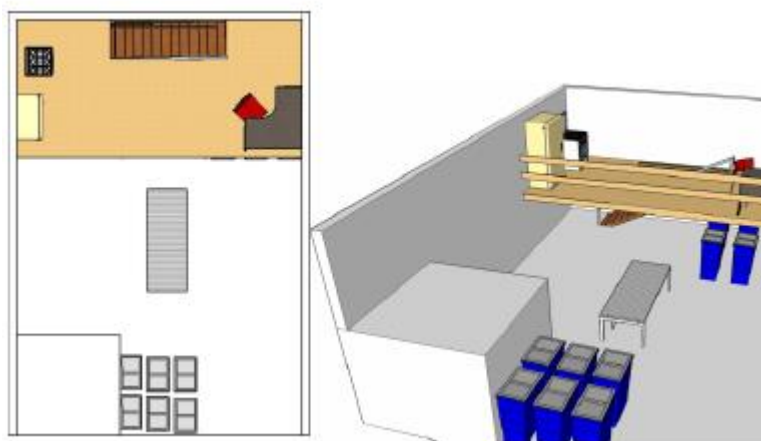


Imagem 18: Projeto apresentado pelos alunos da disciplina

Fonte: Revista Lumes (2018).

Em relação à gestão, a cooperativa não registra suas ações, o que dificulta pleitear benefícios junto ao município, enfatizar a importância do trabalho para possíveis parceiros e até mesmo participar de editais para recolhimento de materiais em dados lugares. Criou-se um sistema de informação no qual as agentes possam ficar mais integradas. Sobre o transporte, os alunos colocaram em discussão a ideia de um caminhão compartilhado pelas cooperativas de Vespasiano, mas as agentes falaram da impossibilidade na prática. Foi escrito um projeto e está à espera de edital para pleitear um veículo. Para aumentar a coleta, os alunos sugeriram o contato com a Feira Saia da Linha, que também ocorre em Vespasiano, e os feirantes mostraram grande interesse na parceria. A feira se interessou pela coleta de resíduos produzidos e a cooperativa por conseguir um maior número de material.

CONCLUSÃO

O trabalho conjunto entre alunos e cooperativa foi de aprendizado mútuo, as decisões foram sempre tomadas de maneira coletiva e foi possível propor ideias que auxiliaram de fato na dinâmica da Coopervesp. O ponto chave de todo o processo foi realizar parcerias com outras organizações, a fim de se formar uma rede entre elas e fortalecer os projetos existentes.

Além de criar vínculos entre diferentes frentes de trabalho, também foi feito um levantamento de editais para recursos e suporte institucional.

IN FOCO

HISTÓRICO

A história da Escola InFoco de Ensino Técnico e Economia Popular Solidária se mistura à história do casal Cleonice e João Lopes e seu percurso na economia solidária. Foram anos trabalhando neste assunto. “O capitalismo não quer que falamos” foi uma das frases que João disse enquanto explicava como se sentia inibido, incapacitado e “mudo” em meio às mazelas que ocorriam ao seu redor.

A criação da Escola InFoco aconteceu em função de várias questões, porém a principal se relaciona ao interesse do casal pela economia solidária, que por sua vez também vinha aumentando no país especialmente devido ao aumento do desemprego. O desafio de quem pratica a economia solidária envolve também repensar valores e princípios, bem como a criação de redes, o compartilhamento de conhecimento, a horizontalidade, a sustentabilidade e discussões sobre as questões de gênero.

A Escola InFoco acontece em Esmeraldas e foi criada visando contribuir também para a formação política das pessoas da comunidade. O desejo era realizar cursos para os trabalhadores e pessoas interessadas nas áreas de Produção, Administração, Empreendedorismo, Finanças, Comércio, Prestação de Serviços e outros.

Os cursos ofertados se baseiam na experiência de João Lopes que, além de gerenciar e administrar a escola, ministra grande parte das aulas. No ano de 2017 os cursos oferecidos foram: Curso 3 em 1 (bombeiro, pedreiro e eletricista); Curso de fabricação de cosméticos; Curso de Empreendedorismo em Economia Solidária e Curso de Informática Básica.



Imagem 19: Escola InFoco

Fonte: Revista Lumes (2018).

AÇÃO REALIZADA

O contato com o espaço possibilitou um maior entendimento das conexões existentes, assim como a sua inserção e influência local. Foram realizadas três visitas, sendo as duas primeiras de reconhecimento e entendimento, e a última para execução de ações. O primeiro contato possibilitou um entendimento prévio de como o distrito Melo Viana se articula com a cidade de Esmeraldas, bem como a Escola InFoco com o município.

Já na segunda visita, um novo olhar mais direto e preciso foi possível em relação ao espaço e às propostas de ação cabíveis ao local, de acordo com o tempo da disciplina. A partir do entendimento e compreensão de algumas demandas, surgiu a idéia da intervenção. A proposta era de se organizar uma festa junina, algo que coincidiria com a época que foi realizada a parceria, com o objetivo de divulgar o trabalho dos parceiros. Foi proposto que a festa ocorresse na rua principal da InFoco, fazendo com que seu espaço físico se ampliasse, articulando-o diretamente aos vizinhos e moradores locais, e fortalecendo os vínculos e identidades com o local. Planejou-se também onde seria feita a divulgação do evento e onde seriam colocadas placas sinalizadoras para facilitar o acesso ao local. Assim, o evento tornou-se o primeiro festival de economia solidária do distrito de Melo Viana.



Imagem 20: Festa Junina

Fonte: Revista Lumes (2018).

CONCLUSÃO

As experiências citadas foram avaliadas como extremamente enriquecedoras pelo grupo e pelos parceiros. É evidente que um trabalho de um semestre é apenas uma pequena etapa que deve ser complementada por outras ações posteriores. Em relação à festa, que foi a principal ação, o parceiro disse que apesar do baixo público, a avaliação foi positiva e que já foi planejado um próximo evento. Entre os feirantes ocorreram pequenos desentendimentos pois não houve lucro, o que de acordo com o João não era o principal objetivo.

CONVIDA

HISTÓRICO

O projeto Espaço ConVida é uma associação comunidade comunitária com sede no bairro Master Ville do município de Sarzedo. O projeto foi elaborado a partir do desejo de moradores em criar espaços de convivência voltados para promoção da cidadania, solidariedade e responsabilidade social, por meio de ações sócio educativas e formação de voluntariado. A idéia foi construída a partir dos fóruns realizados pela Agenda 21 Petrobrás.

O espaço utilizado conta com a estrutura de um antigo sítio com cozinha, dois banheiros, duas salas pequenas e um salão de aproximadamente 40m². A área externa possui uma pequena horta, um pequeno balcão e uma grande área verde.

A intenção do ConVida é ser um local de discussão, acolhimento e formação de pessoas, com oficinas, atividades e palestras voltadas para todas as faixas etárias. Ou seja, a proposta é criar um espaço não só de lazer, mas também profissionalizante.



Imagem 21: Espaço ConVida

Fonte: Revista Lumes (2018).

Atualmente o Espaço ConVida possui uma secretaria executiva e um conselho deliberativo composto por moradores de diversos bairros. O grupo se constitui de agentes comunitários, professores, psicólogos, advogados, donas de casa, pedreiros, estudantes, operários, comerciantes, assistentes sociais, artesãos, enfermeiros, empresários, policiais, ou seja, de pessoas dos mais variados perfis.

A programação do espaço começou a ser desenvolvida a partir de propostas dos próprios moradores da região. No primeiro semestre de 2017 o grupo ConVida iniciou uma parceria com a UFMG a partir das disciplinas dos LUMES. Um dos objetivos da disciplina era trocar experiências e estreitar relações com ações comunitárias de cidades da região metropolitana. Um grupo de quatro alunas trabalhou em conjunto com o ConVida analisando suas demandas, realizando novas ações e propondo pesquisas, a fim de potencializar as práticas e fazer o espaço crescer e se tornar cada vez mais ativo na comunidade.

ACÇÃO REALIZADA

Ao longo do semestre foram realizadas cinco visitas das quais as duas primeiras tiveram o objetivo de familiarização com o espaço e com as principais demandas do grupo. Dentre as demandas ficou claro que o grupo queria se aproximar mais dos moradores do bairro para aumentar a participação destes nas ações que já vinham sendo executadas pelo ConVida. As três visitas seguintes foram primordiais para o planejamento das ações que o grupo faria durante o período da disciplina. Foi elaborado de forma coletiva um questionário a ser aplicado nos moradores e nos frequentadores no Espaço, com o objetivo de coleta de dados. Foi discutida também a realização de uma ação principal voltada para a divulgação do Espaço ConVida. O produto final do grupo da disciplina seria então ajudar na organização e na realização dessa ação comunitária. O objetivo desta ação seria orientar o projeto ConVida no sentido de maior afinamento com as necessidades e anseios dos moradores e participantes.



Imagem 22: Recepção dos alunos da UFMG

Fonte: Revista Lumes (2018).

A ação comunitária foi realizada e contou com a participação de diversos voluntários, que possibilitaram a execução de uma série de atividades gratuitas para a comunidade. Dentre elas oficina de origami, corte de cabelo e barbearia, design de sombrancelhas, oficina de arte com papelão, avaliação física, entre outras atividades. O grupo das alunas ajudou na produção da arte para divulgação, na arrecadação e no preparo dos alimentos servidos durante a ação, além de aplicação e análise dos questionários. Ao todo foram aplicados 51 questionários porém, apenas 33 dos questionários foram analisados devido ao pouco tempo entre o evento e a finalização da disciplina.



Imagem 23: Oficina na Ação Comunitária

Fonte: Revista Lumes (2018).

CONCLUSÃO

O que foi percebido pelo grupo de alunas ao longo das vivências compartilhadas no semestre é que há grande vontade dos atuais gestores em transformar o Espaço

ConVida em um ponto de referência comunitário. Também foi possível perceber que a comunidade local “talvez por estarem em uma região de ocupação recente”, apesar do interesse em participar do ConVida ainda não conseguiu conciliar sua disponibilidade de horários com algumas atividades propostas, a não ser com eventos pontuais criados pelo Espaço. Entretanto nesse primeiro tempo de parceria entre Espaço ConVida e LUMES já foi possível realizar aplicação de questionários a fim de propor diálogos com ações mais próximas das demandas dos moradores locais.

VILA VICENTINA

HISTÓRICO

Glauco Dias, integrante da ONG Casa de Gentil, fez contato com a UFMG interessado em fazer parceria com o projeto LUMES. A disciplina recebeu os representantes da Casa de Gentil, no segundo semestre de 2016, para efetivar a parceria com o município de Raposos, onde a ONG se encontra.

A proposta combinada foi o levantamento da antiga Vila Vicentina, onde será implantado o LUME Raposos. O objetivo é elaborar, a partir desse levantamento, um projeto de revitalização da edificação, pois atualmente o conjunto se encontra em condições bem precárias. Outra intensão é potencializar as iniciativas locais por meio de atividades e ações que promovam a cultura e o desenvolvimento socioambiental e econômico de Raposos e da RMBH.

A primeira ação necessária é a recuperação do espaço histórico para a cidade e sua preocupação com ações inovadoras para pensar e planejar o território com foco em vivências e transformações culturais.



Imagem 24: Vila Vicentina
Fonte: Revista Lumes (2018).

AÇÃO REALIZADA – 2º Semestre 2016

A primeira visita ao município ocorreu no dia 25 de setembro de 2016, ocasião da festa de aniversário de 4 anos da Casa de Gentil. Os alunos foram recebidos por Glauco, que apresentou o projeto ali desenvolvido. A ONG atua no sentido da valorização da cultura local e empoderamento social, por meio de diversas atividades como: aula de música e percussão para as crianças da comunidade, exibição de filmes, exposição de artistas locais entre outras. Por fim, Glauco apresentou a Vila Vicentina à equipe e suas propostas para o espaço.



Imagem 25: Projeto de revitalização da Vila

Fonte: Revista Lumes (2018).

Posteriormente, foram realizadas 3 visitas à Vila Vicentina para fazer o levantamento arquitetônico das construções e o levantamento social do município. A partir do levantamento arquitetônico com plantas, cortes, elevações, detalhes do telhado e modelagem em 3D das edificações, pretende-se realizar um orçamento para revitalização dos blocos. O levantamento social teve o objetivo de identificar potenciais atores para construir em articulação o projeto.

A ação seguinte aos levantamentos e que foi solicitada pelos parceiros é a criação de um crowdfunding, ou seja, um campanha de financiamento coletivo da obra de restauração da Vila Vicentina.

CONCLUSÃO

O município de Raposos apresenta um grande potencial para a consolidação do projeto LUME'S devido a presença da ONG Casa de Gentil, a recém criação do Parque Nacional da Serra do Gandarela, produção de artesanato local, vereador eleito sensível e articulado com os projetos, estudantes universitários que refletem sobre as possibilidades e alternativas para o município, dentre outras.

A proposta do projeto da Vila Vicentina permitirá construir alternativas para o (des)envolvimento dos moradores de Raposos com a valorização da cultura local e do meio ambiente.

O próximo desafio é construir o crowdfunding para levantar recursos que possam custear a reforma do espaço e organizar eventos para executar um projeto que envolva a população e estimule a participação popular e cidadã.

AÇÃO REALIZADA – 1º Semestre 2017

A primeira visita deste semestre ocorreu na companhia de Glauco Gonçalves, um dos fundadores da Casa de Gentil e atuante em diversas ações da região. Ele apresentou aos alunos o projeto, a cidade e a Vila Vicentina, onde existe expectativas para criação de um espaço de discutir a vida da cidade, resgate da história e horta compartilhada. Foi pensada uma forma de envolver a população no projeto. Foram pensadas práticas participativas e coletivas em referências de ações já realizadas. Pensamos em como financiar o projeto realizado no semestre passado, caso o financiamento coletivo não desse certo. Incluímos no projeto materiais de baixo custo.

O segundo encontro aconteceu na Escola de Arquitetura com Glauco e os alunos para discutirem novas configurações espaciais. Durante a conversa, ele compartilhou com os integrantes da disciplina que as pessoas de Raposos estavam discutindo a necessidade de utilizar a Vila Vicentina para ampliação do cemitério adjacente.



Imagem 26: Projeto de revitalização da Vila

Fonte: Revista Lumes (2018).

No terceiro encontro foi marcada uma conversa com o Padre Eribaldo, pároco da cidade e personalidade bem conhecida na região. Ele falou sobre a intenção de oferecer o cemitério paroquial à cidade em contrapartida a reintegração do Largo da Igreja Matriz. O padre reforçou a importância desse tipo de trabalho na cidade. Tendo em vista esse novo contexto, continuaram envolvidos com o projeto da Vila Vicentina.

No quarto encontro foi marcado um almoço com o Padre Eribaldo e concluíram as medições da Vila. Houve um encontro com Rafael, atual vereador de Raposos. Foi conversado sobre o processo de desenvolvimento de possíveis desdobramentos da parceria para o semestre seguinte.

CONCLUSÃO

O projeto da Vila Vicentina foi uma experiência bastante interessante, na qual tivemos que lidar com demandas reais e temporalidades nem sempre favoráveis necessitando de adaptações diante de novas realidades. Entende-se que um projeto colaborativo está sujeito a mudanças, bem como a importância de participar do cotidiano do município parceiro, para entender melhor suas dinâmicas.

Ainda não sabemos a relação da população com o projeto da Vila, se haverá financiamento coletivo, ou outros modos de arcar com os custos. Mesmo sem saber ao certo o futuro do espaço, as relações traçadas no processo foram de grande importância para o grupo.

5. CONTEXTO ATUAL

Atualmente, a disciplina tem focado no internato metropolitano localizado na Vila Vicentina, em Raposos.

DESAFIOS PARA OS ESPECIALISTAS (EXECUTORES DO PROGRAMA)

Devido às dificuldades financeiras, os responsáveis da disciplina estão precisando diminuir os custos com transporte dos alunos até os municípios. Com isso, diminuiu-se a quantidade de alunos que podem-se matricular e com isso menos municípios estão participando o projeto.

DESAFIOS PARA OS PARCEIROS (BENEFICIÁRIOS)

Várias questões internas tem prejudicado a consolidação de alguns LUMEs. Com a menor disponibilidade dos Especialistas, estes encontram-se fragilizados para resolver algumas questões de caráter de gestão e comprometimento dos atores da comunidade, sobrecarregando algumas lideranças.

6. METODOLOGIA

O trabalho realizado neste capítulo é apresentar diversos tipos de metodologia de avaliação com foco na participação de programas sociais. Posteriormente esta etapa realiza-se uma síntese das informações em uma proposta de avaliação do programa LUMEs. A missão da avaliação é observar ações buscando resultados e impactos na qualidade de vida da população beneficiária, ou seja, repensar as opções de ações dessas políticas e programas. Avaliar políticas e programas sociais sempre foi um desafio vivido por pesquisadores e avaliadores. Foram buscadas referências sobre métodos de avaliação participativa e avaliação emancipatória que possuem um caráter qualitativo e métodos tradicionais quantitativos como questionário e entrevista¹.

Métodos tradicionais de pesquisa tem se mostrado cada vez mais deficientes. Seguindo Sulbrandt (1994), isso acontece devido à incapacidade compreender um conjunto de questões complexas somadas a variáveis contextuais e processuais que limitam ou potencializam resultados e impactos. Por isso, entende-se que uma boa avaliação é aquela que assimila a ação desde sua concepção, gestão, desfecho e consequências. Ou seja, não é uma avaliação para entender o processo sem preocupar-se exclusivamente com resultados quantitativos.

6.1.TIPOS DE AVALIAÇÃO

AVALIAÇÃO PARTICIPATIVA

A avaliação participativa tem se mostrado um procedimento eficiente em virtude de que sua realização é partilhada por agentes e beneficiários envolvidos permitindo uma apropriação reflexiva e socializada entre os diversos sujeitos da ação em movimento.

¹ Neste trabalho não é focado em métodos tradicionais, por isso não serão detalhados.

Origina-se da pesquisa-ação², por isso se assemelha com esse método. Tem como metodologia fundamental o envolvimento e participação de todas as pessoas envolvidas no programa ou instituição de serviços sociais. De início esta foi percebida como reserva científica, pois mesmo o avaliador não possui neutralidade com relação ao assunto isso garante que objetividade e assim confiabilidade nos dados produzidos. (CARVALHO, 1999).

O método avaliativo estudado acima é capaz de compreender o pluralismo social E alcançar com novas abordagens metodológicas dois objetivos centrais:

- 1) Incorporar os sujeitos implicados nas ações comuns;
- 2) Desencadear um processo de aprendizagem social.

O primeiro item se diz respeito à decisores, implementadores, beneficiários e outros agentes sociais envolvidos direta e indiretamente nas decisões e impactos nestas ações. Só assim é possível compreender os diversos fatores, processos e consequências nas ações comuns.

Seguindo Carvalho(1999):

É o coletivo de sujeitos implicados na ação que pode aportar a diversidade de valores, opiniões e “verdades” sobre o programa em avaliação. Nesta direção a avaliação se compromete em dar ver e voz ao pluralismo social que estes interlocutores expressam.

A avaliação participativa não se limita em colher informações e opiniões deste coletivo de indivíduos, mas é o ato em pro do comum, no debate avaliativo a diversidade de opiniões, valores, expectativas e representações que tornam a ação de avaliar legítima. Aflora-se a realidade sobre os propósitos e resultados do programa ou ação institucional.

Assim, o ato de avaliar é um resultado de um processo de debate e triangulação entre gestores, a comunidade envolvida e os especialistas. (Subirats,1993 in Carvalho 1999.) A participação dos envolvidos garante densidade na avaliação. Semelhante a

² Pesquisa-ação é uma forma de investigação baseada em uma autorreflexão coletiva empreendida pelos participantes de um grupo social de maneira a melhorar a racionalidade e a justiça de suas próprias práticas sociais e educacionais, como também o seu entendimento dessas práticas e de situações onde essas práticas acontecem. A abordagem é de uma pesquisa-ação apenas quando ela é colaborativa. (KEMMIS e MC TAGGART,1988, apud Elia e Sampaio, 2001, p.248).

avaliação concomitante ou simultânea que permite detectar precocemente falhas ou estratégias inadequadas e alterá-las a tempo de melhorar o programa ou ação.

A avaliação participativa não dispensa o uso de instrumentos tradicionais de avaliação como definição de indicadores, aplicação de questionários, realização de entrevistas, observação participante, entre outros. É indicado estudar programas e instituições análogos e complementares para troca de informações e reflexão.

O segundo objetivo socializa e acrescenta novas informações e conhecimentos que encontram-se fragmentados nos diversos grupos de realizadores e beneficiários. Permite-se que a compreensão do programa de forma integrada de forma que aconteça a apropriação do saber-fazer social. O resultado disso é a democratização do conhecimento e a transparência da ação comum do grupo avaliado. Segundo Subitas (1993) obriga-se a manter o perfil participativo e incorporativo do processo de aprendizagem.

AVALIAÇÃO EMANCIPATÓRIA

Segundo David Nevo (1983) até meados de 1960 quase toda literatura sobre avaliação concentrava-se sobre o foco da avaliação da aprendizagem. Somente a partir dessa data que começou a surgir avaliação de políticas públicas, programas, projetos e mais recentemente instituições. Infelizmente, no Brasil os estudos avaliativos têm assumido um papel estritamente burocrático, função quase exclusivamente para controle de verbas e não tem se prestado às ações de transformação.

De acordo com Saul (1988) avaliação emancipatória foi registrada pela primeira vez em 1988 e foi construída por três vertentes teórico-metodológicas: “avaliação democrática”, “crítica institucional” e “pesquisa participante (a mesma foi retratada anteriormente neste trabalho)”.

Caracteriza-se como um processo de descrição, análise e crítica de uma dada realidade, visando transformá-la. Destina-se a avaliação de programas sociais. É de interesse emancipador, ou seja, libertar o sujeito de condicionamentos deterministas. É uma forma de que as pessoas direta e indiretamente envolvidas na ação escrevam sua própria história e gerem suas próprias alternativas de ações. Tem como objetivos básicos: iluminar o caminho da transformação e beneficiar as audiências em termos de torná-las autodeterminantes. (Saul, 1999)

Os conceitos envolvidos nesta proposta são: emancipação, decisão democrática, transformação e crítica educativa. Os três momentos que caracterizam esta avaliação são: a descrição da realidade (o programa em foco), crítica da realidade e criação coletiva. Os procedimentos de avaliação se localizam na abordagem qualitativa, composto por métodos dialógicos e participantes, predomina-se o uso de entrevistas livres, debates, análise de depoimentos, observação participante e análise documental. Não despreza-se dados quantitativos, mas a ótica de análise é eminentemente qualitativa.

O orientador destas ações deve promover situações ou tarefas que favoreçam o diálogo, a discussão, a busca e análise crítica sobre a realidade do programa. Ele deve unir de habilidades de relacionamento interpessoal, pois o trabalho é coletivo. Concluindo, é uma prática adequada para avaliar programas de cunho crítico-transformador da realidade, uma ação democrática.

6.2. PROPOSTA DE AVALIAÇÃO

Foi constatado através deste estudo que mesmo a disciplina focando atualmente no internato metropolitano de Raposos os LUMEs de outras semestres não devem ficar desamparados e deixados de lado. Devem-se organizar encontros com caráter de troca de experiências entre parceiros. Estes debates devem proporcionar aprendizado mútuo e assim consolidar a rede de interações entre LUMEs de diferentes municípios.

Com o uso de ferramentas de avaliação qualitativa como uso de entrevistas livres, debates, análise de depoimentos, observação participante e análise documental (citados anteriormente neste item) podemos avaliar o programa de forma emancipatória.

O coordenador da pesquisa ou orientador deve apresentar habilidade social e empatia com os projetos sociais, para isso, um resgate de professores voluntários e ex-alunos se faz necessário, pois estes já criaram vínculo com os parceiros.

7. CONCLUSÃO

A cultura da avaliação deve introduzir no campo social o compartilhamento de informações e decisões para facilitar a participação do cidadão na formulação, implementação e desenvolvimento de programas sociais. Caso contrário perde-se dados

relevantes interferindo na legitimidade do programa em si, assim como todos os envolvidos. Avaliar um programa social só é possível quando cria-se uma ponte entre todos os parâmetros, desde os objetivos, estratégias até os resultados e impactos.

Observa-se que desde que foi criado em 2011 o programa LUMEs já passou por várias avaliações. Foram introduzidos novos objetivos específicos com a intenção de ampliar a qualidade do programa. A oficina multidisciplinar abordou de forma empírica vários elementos dos métodos avaliativos como da avaliação participativa e avaliação emancipatória, mas este processo é feito de forma constante para que não se perca o que foi conquistado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BERQUÓ, Paula Bruzzi. **Os LUMEs e a construção comum nas regiões metropolitanas brasileiras**. ALAIC. Peru, 2014.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. Tradução Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro, 2001. Título original: Le Droit à la Ville.

O EDUCADOR. Disponível em: <http://educador.brasilecola.uol.com.br/trabalho-docente/pesquisa-acao.htm>. Acesso em 15 de Janeiro de 2018.

PLANO METROPOLITANA RMBH. Disponível em: <http://www.rmbh.org.br/lumes.php>. Acesso em: 23 de Dezembro de 2017.

REVISTA LUMES. Disponível em: <https://issuu.com/lumesrmbh/docs/revistalumes>. Acesso em 10 de Janeiro de 2018.

RICO, Elizabeth Melo at. Al. **Avaliação de Políticas Sociais: Uma questão em Debate**. 2 edição, editora Cortez.

UFMG. **Macrozoneamento da Região Metropolitana de Belo Horizonte – MZ-RMBH**. Belo Horizonte, 2014.

UFMG. **Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana de Belo Horizonte - PDDI RMBH – Produto Final**. Belo Horizonte: UFMG, 2011.

ANEXOS

Anexo A – MAPAS DOS LUMES

